

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL CAMPUS LITORAL NORTE  
DEPARTAMENTO INTERDISCIPLINAR CURSO DE LICENCIATURA EM  
GEOGRAFIA

Luciano Marques Ferreira

**Hortas comunitárias no município de Sapucaia do Sul-RS: segurança alimentar e  
sensação de pertencimento da comunidade**

Tramandaí

2022

Luciano Marques Ferreira

**Hortas comunitárias no município de Sapucaia do Sul: segurança alimentar e sensação de pertencimento da comunidade**

Trabalho de conclusão de curso como requisito parcial à obtenção do título de Licenciado em Geografia Departamento Interdisciplinar da Universidade Federal do Rio Grande do Sul-Campus Litoral Norte.

Orientadora: Rejane Margarete Schaefer Kalsing

Tramandaí

2022

## FICHA CATALOGRÁFICA

### CIP - Catalogação na Publicação

Ferreira, Luciano Marques

Hortas comunitárias no município de Sapucaia do Sul-RS: segurança alimentar e sensação de pertencimento da comunidade / Luciano Marques Ferreira. -- 2023.

44 f.

Orientadora: Rejane Margarete Schaefer Kalsing.

Trabalho de conclusão de curso (Graduação) -- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Campus Litoral Norte, Licenciatura em Geografia, Tramandai, BR-RS, 2023.

1. Horta comunitária. 2. Agricultura Urbana e Periurbana. 3. FAO. 4. Segurança Alimentar e Nutricional. 5. Sensação de pertencimento. I. Kalsing, Rejane Margarete Schaefer, orient. II. Título.

Elaborada pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica da UFRGS com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

## **FOLHA DE APROVAÇÃO**

Luciano Marques Ferreira

### **Hortas comunitárias no município de Sapucaia do Sul-RS: segurança alimentar e sensação de pertencimento da comunidade**

Trabalho de conclusão de curso como requisito parcial à obtenção do título de Licenciado em Geografia no Departamento Interdisciplinar da Universidade Federal do Rio Grande do Sul- Campus Litoral Norte.

Orientadora: Rejane Margarete Schaefer Kalsing

Tramandaí, 2022.

BANCA EXAMINADORA:

---

Profª Drª Rejane Margarete Schaefer Kalsing

Departamento Interdisciplinar – UFRGS Campus Litoral Norte

---

Profª Drª Sônia Soares

Universidade Federal do Rio Grande do Norte

---

Prof. Dr. Ricardo de Sampaio Dagnino

Departamento Interdisciplinar – UFRGS Campus Litoral Norte

## AGRADECIMENTOS

Este trabalho é fruto do esforço gerado pela estrutura pública, de dimensões físicas, virtuais e humanas que proporcionaram todas as condições para que o trabalho fosse realizado de forma plena e responsável, portanto, o primeiro agradecimento é ao povo brasileiro que através de seus esforços possibilita que essas estruturas sejam mantidas, mesmo diante dos ataques sofridos, sobretudo no período de realização deste curso.

Agradeço ao corpo docente da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, especialmente os professores do curso de Licenciatura em Geografia do Campus Litoral Norte, mas também aos outros departamentos que participaram da minha formação, tanto na divisão de ensino, quanto nos programas de extensão e pesquisa, dos quais eu tive o privilégio de fazer parte durante essa trajetória.

Muito obrigado, minha mestra e amiga Rejane Margarete Schaefer Kalsing, pela paciência com a construção deste trabalho, e pela generosidade de dividir um pouco de seu arcabouço acadêmico no meu aperfeiçoamento.

A todas e todos, cada uma e cada um dos colegas da geografia que tive a oportunidade de conhecer um pouco melhor, e que resistiram até o final de um curso que ultrapassou, nada a menos que uma pandemia mundial, ajudando uns aos outros a chegar neste momento. E aos que não conseguiram ainda atravessar esse percurso, aguardo-os um pouco mais à frente na trilha da geografia, para continuarmos nos dedicando à essa ciência esplendorosa.

Aos meus pais Maria Lucia e José Luiz, que foram os grandes responsáveis pela construção do meu caráter, com bases sólidas, que se eu estivesse entendido mais cedo, teria dado maiores contribuições ao mundo.

Um agradecimento especial a minha irmã Lisandra, pela serenidade nas horas difíceis, e por sempre se oferecer como uma mão amiga independente da ocasião.

A Daiana Quaresma, minha companheira e incentivadora, que é um exemplo de resiliência e otimismo, demonstradas nas saudações de bom dia sorridentes, independente do que será enfrentado nas horas seguintes. Se for possível traduzir em uma imagem, os conceitos de fortaleza e alegria, essa imagem é o teu sorriso de todas as manhãs. Esse é só um dos motivos pelos quais eu te amo, mas esse é o motivo que eu escolho hoje, para te agradecer.

“O geógrafo é, antes de tudo, um filósofo e os filósofos são otimistas, pois diante deles está o infinito.”

Milton Santos

Apesar de não ser uma atividade protuberante no ambiente contemporâneo das grandes cidades, a agricultura urbana está ligada intimamente ao surgimento desses espaços urbanos, atuando como elemento catalizador da própria sedentarização da espécie, mas que, ao longo dos processos de intensa urbanização e alteração nas formas de viver e se relacionar com a cidade, segregaram o fazer agrícola ao espaço rural. Contudo, é possível observar, com frequência cada vez maior, movimentos contrários a essa lógica nos mais diversos recortes sociais e geográficos, fortalecendo o ressurgimento da Agricultura Urbana e Periurbana (AUP), como forma de facilitação ao acesso a alimentos de qualidade, ressignificação de espaços públicos, na escala íntima do indivíduo, ou no grupo envolvido no processo, pois uma prática como essa, que carrega toda uma ancestralidade, merece uma longa reflexão sobre os possíveis impactos onde se instauram. Com a finalidade de contribuir para tal reflexão, a presente pesquisa, entrevistou dez pessoas atuantes em duas hortas comunitárias no município de Sapucaia do Sul/RS, estabelecidas em bairros de características diferentes, a fim de identificar a contribuição dos produtos cultivados para a segurança alimentar e nutricional das famílias, ou para além delas, a partir do entendimento das pessoas quanto à sua alimentação antes e depois do início dos trabalhos nas hortas, assim como analisar a percepção dos participantes, quanto à sensação de pertencimento e inclusão proporcionado pela integração do trabalho em conjunto, através do conceito geográfico de lugar. Após as entrevistas, constatou-se que os cultivos das hortas têm relevante contribuição para a segurança alimentar e nutricional das pessoas envolvidas, sobretudo diante da percepção de incremento da qualidade nos produtos em relação ao que é comprado no mercado, além da consciência do valor gerado, ao saber a procedência do alimento, bem como apresentam, uma oportunidade de conscientização através de uma prática integradora, gerada pelo aprendizado através do fazer diário da horta, sobre a melhora na qualidade da alimentação, tanto de quem desenvolve a atividade, quanto do seu núcleo de convívio. Observou-se também, uma integração comunitária no entorno dos espaços, em que estes passam a ser entendidos como lugares de vivência e convivência, submetidos à troca de experiências socioafetivas, e reflexões íntimas relacionadas às transformações de comportamento de si para consigo e de si para com os demais. Assim, se conclui que a atividade da agricultura urbana e periurbana, nas hortas dos bairros Fortuna e São José, em Sapucaia do Sul, tem o real potencial de contribuição para resolver problemas contemporâneos como a insegurança alimentar em várias regiões dos centros urbanos, quanto para resgatar a convivência social saudável, sendo percebido pela comunidade como um lugar de compartilhamento de afetos.

**Palavras-chave:** agricultura urbana e periurbana, FAO, segurança alimentar nutricional, sensação de pertencimento, lugar.

## ABSTRACT

Even though, not being outstanding activity in the contemporary environment of large cities, Urban Agriculture is closely linked to the rise of these same spaces, acting as a catalyst for itself sedentarization of the human species, but, over the course of intense urbanization processes, and changes in forms of living and relating to the city, this activity was segregated to rural space, however it is possible to observe, with increasing frequency, movements contrary to this logic in the most diverse social and geographic snipap pets, intensification the resurgence of the AUP, like a way of facilitating access to quality food, re-signification of public spaces, on the intimate individuality scale, or the group involved in the process, as a practice that carries all this ancestry deserves a long reflection about the possible impacts where is established. In order to contribute to this reflection, the present study interviewed ten people working in two community gardens in the city of Sapucaia do Sul-RS, located in districts with different characteristics, with the view to identify the contribution of cultivated products to food and nutritional security of the family, or close people, based on people's perception of their alimentation before and after starting work in the gardens, as well as analyze the perception of the participants, in the sense of belonging and inclusion provided by the integration of work together, through the geographic concept of place. After the interviews, was found that the cultivars in the gardens make a relevant contribution to the food and nutritional security to people involved, both presenting an opportunity to raise knowledge through praxis about improving the quality of food, both for those who work on this place, how much for nucleus of coexistence. Was also observed, there is a community integration around the spaces, which these individuals come to be understood as places of living and acquaintanceship, submitted to the interchange of socio-affective experiences, and intimate reflections related to the transformations of behavior from oneself to oneself and from oneself to others. Them, is concluded that the activity of urban and peri-urban agriculture has the real potential of contribute to solving contemporary problems such as food insecurity in various regions of urban centers, even to rescuing healthy social coexistence, being perceived by the community as a place of sharing affections.



**Keywords:** Urban and Periurban Agriculture, FAO, Nutritional FoodSecurity, Social Inclusion, Place

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Mapa de localização do município de Sapucaia do Sul .....	2
Figura 2 – Localização das hortas dentro do território municipal .....	28 e 29
Figura 3 – Visão geral da horta do bairro São José .....	31
Figura 4 – Organização e distribuição dos canteiros da horta do bairro São José.....	27
Figura 5 – Mapa de localização do Bairro São José.....	27
Figura 6 - CRAS bairro Fortuna .....	29
Figura 7 – Reunião de cadastro e mobilização do grupo no CRAS do bairro Fortuna .....	29
Figuras 8 e 9 – Início dos trabalhos na horta do bairro Fortuna .....	29
Figura 10 – Mapa de localização do Bairro Fortuna .....	30

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – População entrevistada da horta São José.....	27
Tabela 2 – População entrevistada da horta Fortuna.....	30
Tabela 3 – Destinação dos produtos da horta .....	31
Tabela 4 - Mudança alimentar a partir da participação na horta.....	31
Tabela 5 - A relação social proporcionada pelos fazeres da horta.....	34
Tabela 6 - A percepção da horta como ponto de encontro e troca de experiência .....	34

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

AU	- Agricultura Urbana
AP	- Agricultura Periurbana
AUP	- Agricultura Urbana e Periurbana
CNUCED	- Comissão das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento
CONSEA	- Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional
COVID	- Corona Virus Disease
CRAS	- Centro de Referência e Assistência Social
FAO	- Food and Agriculture Organization (of United Nations)
IBGE	- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
LOSAN	- Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional
ODS	- Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
ONU	- Organização das Nações Unidas
PENSSAN	- Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional
PNUD	- Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
SAN	- Segurança Alimentar e Nutricional
UBS	- Unidade Básica de Saúde

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>11</b>
<b>2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....</b>	<b>13</b>
2.1 AGRICULTURA URBANA E PERIURBANA.....	13
2.2 HORTA COMUNITÁRIA .....	17
2.3 SEGURANÇA ALIMENTAR NUTRICIONAL.....	19
2.4 LUGAR E A SENSACÃO DE PERTENCIMENTO.....	21
<b>3 HORTAS COMUNITÁRIAS DE SAPUCAIA DO SUL.....</b>	<b>23</b>
3.1 HORTA DO BAIRRO SÃO JOSÉ.....	25
3.2 HORTA DO BAIRRO FORTUNA.....	28
<b>4 RESULTADOS OBTIDOS .....</b>	<b>30</b>
<b>5 CONSIDERAÇÕES .....</b>	<b>37</b>
<b>6 REFERÊNCIAS.....</b>	<b>39</b>
<b>7 APÊNDICES .....</b>	<b>42</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Ao falar de agricultura urbana e periurbana (AUP), não estamos tratando apenas de uma atividade econômica, posicionada em um determinado tempo e espaço e que exerce implicações sociais em um determinado grupo humano, mas estamos tratando também, de uma produção espacial capaz de desenvolver impactos nos mais diversos aspectos sociais onde está incorporado.

Parte dos estudos do campo da agricultura urbana sugerem que essa prática atinge tais dimensões, porque, ao mesmo tempo em que se trata de um fazer intimamente ligado ao surgimento das cidades, tem sua importância reduzida ao longo do tempo, em função da crescente dissociação de suas práticas com o modo de vida urbano (SILVA, 2018).

Em contrapartida, à medida que o crescimento da população mundial dispara, cresce também o percentual de ocupação das cidades em relação à população do campo, ao que se soma aos esforços de combate à fome ao redor do mundo.

Diante desse cenário, as atividades de agricultura urbana obtêm um crescimento expressivo a partir da década de 1990, por conta de iniciativas sociais populares, ou políticas públicas voltadas ao combate à miséria (BIAZOTI, 2017). E, por consequência, alavanca uma profusão de possibilidades de estudo implicados no caráter multifacetado, que representa a experiência de AUP em contextos urbanos. Em vista disso, o trabalho em questão se propõe a estudar duas experiências de hortas urbanas comunitárias, no município de Sapucaia do Sul, na Região Metropolitana de Porto Alegre/RS, com recortes específicos em dois bairros.

O Bairro São José, onde está localizada uma das hortas comunitárias, é muito próximo ao ponto de encontro da zona urbana de Sapucaia do Sul com o município de São Leopoldo, uma área de urbanização recente, iniciada a partir da primeira década dos anos 2000, caracterizada por loteamentos de classe média e de heterogeneidade social, compreendida pela coabitação de diversos estratos da sociedade, especialmente diversificados em função de sua renda.

Na região noroeste do município, próximo ao Rio dos Sinos, está posicionado o bairro Fortuna, localizado a uma maior distância das áreas centrais da cidade e abrigou, no passado, ocupações irregulares de classe econômica bastante baixa, que continuam participando da constituição da paisagem local. Porém, nos últimos anos, se observa uma apropriação maior da especulação imobiliária, com a presença de loteamentos novos e aumento da infraestrutura

urbana, configurando uma área ocupada por estratos econômicos variados da população do município.

A inquietação que motiva esse trabalho, nasce da percepção de que a agricultura urbana abarca uma série de potenciais benefícios de ordem econômica, de saúde e de valorização social dos indivíduos e do coletivo, portanto, procurar mapear a abrangência desses benefícios, através do depoimento das pessoas que têm envolvimento direto no processo em dois contextos distintos - supracitados, pode se traduzir em uma forma de elucidar as potencialidades da prática em cada um de seus ambientes específicos, buscando responder qual o impacto da experiência de agricultura urbana na segurança alimentar nutricional dos sujeitos envolvidos em tais iniciativas, e qual a percepção de integração comunitária demonstrada entre nas práticas cotidianas do espaço vivido, à luz da perspectiva geográfica de lugar, através da sensação de pertencimento das pessoas.

Portanto, três perguntas orientam o trabalho: Qual a contribuição do espaço estudado para a Segurança Alimentar e Nutricional? Em que medida o trabalho de elaboração e manutenção da horta se traduz em uma sensação de pertencimento comunitário dos indivíduos que executam o trabalho? Qual alcance espacial da horta, quanto à colaboração na dieta das pessoas em seu entorno?

O estudo se orienta pela hipótese de uma significativa de contribuição da prática desenvolvida em hortas comunitárias, dentro do contexto urbano de Sapucaia do Sul-RS, em duas situações diferentes, quanto ao enriquecimento da dieta da família de forma constante, à medida que contribui para a segurança alimentar e nutricional e, ao mesmo tempo, se apresenta como possibilidade de integração comunitária, proporcionando aos envolvidos a ideia de pertencimento catalisado pela prática realizada nos espaços estudados.

Dentre as diversas dimensões da vida humana, em que a agricultura urbana e periurbana (AUP) representa um potencial impacto, podemos destacar a preservação do meio ambiente, através do aproveitamento de resíduos, recuperação de solos e promoção de espaços verdes, com potencial de amenizar problemas típicos de centros urbanos, como as ilhas de calor (MATA, 2014), promoção da segurança alimentar e nutricional, pois facilita o acesso à alimentos de melhor qualidade, permite a adoção de uma dieta mais diversificada e saudável, promovendo o cultivo de alimento nativo da região produtora (FAO, 2012) e, dialogando com o item 2 dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), que fazem parte da agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU), que objetiva: “Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável”(ONU, 2015). Soma-se a isso, a contribuição para a melhora da qualidade de vida sob diversos aspectos da vida em sociedade, como a valorização dos saberes da terra, respeito à diversidade, confiança mútua entre as pessoas, contribuindo para o fortalecimento dos laços

de respeito e cidadania das comunidades (BIAZOTI, 2017), além de um significado de resistência à lógica de especulação imobiliária, própria dos centros urbanos, e à dicotomia vigente entre o modo de vida urbano e rural. Sob essa perspectiva, o estudo estratificado sobre a experiência de hortas comunitárias já estabelecidas ajuda a entender, e melhor aproveitar, as possibilidades apresentadas por essas práticas e os desdobramentos observados em seus espaços de construção.

O trabalho se propõe a realizar um estudo transversal sobre duas hortas localizadas em bairros distintos do município de Sapucaia do Sul/RS, associado à participação de atores envolvidos na construção das hortas, com uma entrevista semi-estruturada, realizadas entre os dias 10 e 20 de Outubro de 2022, direcionado aos organizadores e outro para os horticultores, juntamente com pessoas da comunidade que, de alguma forma podem ser impactadas pelo resultado da produção destes locais. A coleta de dados georreferenciados, para a confecção dos mapas e as informações captadas nas entrevistas com 5 pessoas de cada horta, selecionadas exclusivamente em função do papel que cumprem na horta e a disponibilização de tempo nas datas das atividades, que visam buscar as percepções das pessoas sobre os temas sugeridos, com base no relato de suas experiências nos espaços estudados.

## **2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA**

À medida em que a pesquisa avança, faz-se necessária a apropriação de conceitos básicos relativos ao tema, a fim de construir um lastro teórico que subsidia o estudo do segmento para o qual se pretende dar a sua contribuição, portanto, esse capítulo se destina a desvelar algumas definições de Agricultura Urbana e Periurbana, Segurança alimentar nutricional, horta comunitária e sensação de pertencimento a partir do conceito geográfico de lugar.

### **2.1 Agricultura Urbana e Periurbana**

Apesar de incomum aos espaços da cidade, em nosso recorte histórico, a AUP Agricultura Urbana e Periurbana, está no cerne do surgimento das cidades, já que se trata de uma das principais atividades, que contribuem para a sedentarização das sociedades. Segundo Degenhart (2016), a composição entre a cidade e a produção agrícola, constituía no ponto central garantidor da alimentação diante das sazonalidades naturais e riscos ambientais, de modo que: “los primeros asentamientos se desarrollaron en las inmediaciones de superficies agrícolas y suelos fértiles. La razón es que allí se disponía de suficientes alimentos para abastecer a la población.” (DEGENHART, 2016, p. 135).

Sob essa perspectiva, podemos conceber a AUP, como um tema carregado de ancestralidade, e bastante natural, à medida que o consumo dos produtos agrícolas ocorre em grande parte nos centros urbanos, onde se concentra a maior parte da população em nossos dias.

Porém, é necessário que se reflita sobre a divergência entre naturalidade que é citada pela autora, e a dicotomia vigente entre o ambiente urbano e o cultivo de alimentos por meio da agricultura, ao que a autora aponta para a modernização da vida urbana, como fator decisivo para que essa dinâmica seja estabelecida, de modo que: “ la modernización e industrialización ocurridas en el siglo xix llevaron a que la horticultura desapareciera prácticamente por completo del paisaje urbano” (DEGENHART, 2016, p. 135). Entende-se, a partir dessa afirmação, que a padronização da vida urbana industrial, somada à lógica do capital, responde por essa divisão, muito própria dos centros urbanos.

Degenhart (2016), indica também a mudança na tendência dessa separação dos espaços rural e urbano a partir do seguinte apontamento, “ a partir de las crisis económicas y políticas de la modernidad y de la posguerra, la horticultura urbana comenzó a despertar cada vez más el interés del desarrollo y el planeamiento urbanísticos” (DEGENHART, 2016, p. 136), indicando que a atividade volta a ser concebida em sua característica original, atraída pela facilidade de acesso a alimentos pelas mais distintas classes sociais.

Corroborando com a premissa da autora acima, Mougeot (2005) afirma que ainda se trata de um conceito relativamente novo, à luz do saber científico, nascido em ambientes acadêmicos, tem se popularizado à medida que o tempo passa, e as práticas se ratificam, e portanto, é necessário que se formem conceitos mais sólidos, buscando uma identidade sobre o tema, a fim de que se compreenda e se utilize de forma mais efetiva.

Desde as publicações de Degenhart e Mougeot, muitos aspectos evoluíram, no que tange o debate sobre agricultura Urbana, tanto no ambiente acadêmico, através de inúmeras publicações a respeito da AUP, iniciativas públicas e privadas espalhadas pelo país, além da institucionalização da prática, como o projeto de Lei 303 de 2019, que altera a lei Lei nº 9.636, de 15 de maio de 1998, que autoriza o uso de áreas de domínio da União para cultivo de horta comunitária orgânica por famílias de baixa renda organizadas em associações, cooperativas ou sindicatos (BRASIL, 2019).

Diante dessa recapitulação entre os enlaces e desenlaces das práticas urbanas e a produção de alimentos pela agropecuária, se faz necessário entender o conceito da Agricultura Urbana e Periurbana, ao que recorreremos a Santandreu e Lovo (2007), que conceituam essa atividade como:

A AUP é um conceito multidimensional, que inclui a produção, a transformação e a prestação de serviços, de forma segura, para gerar produtos agrícolas (hortaliças, frutas, plantas medicinais, ornamentais, cultivados ou advindos do agro extrativismo etc.) e pecuários (animais de pequeno, médio e grande porte) voltados ao autoconsumo, trocas e doações ou comercialização, (re) aproveitando-se, de forma eficiente e sustentável, os recursos e insumos locais (solo, água, resíduos, mão-de-obra, saberes etc.). Essas atividades podem ser praticadas nos espaços intra-urbanos, urbanos ou periurbanos, estando vinculadas às dinâmicas urbanas ou das regiões metropolitanas e articuladas com a gestão territorial e ambiental das cidades (SANTANDREU; LOVO, 2007).

Nessa definição, a atividade de AUP é apresentada em seu caráter mais amplo, destacando as múltiplas dimensões quanto à produção, colocadas como agroextrativistas,



agropastoris e destinação dos produtos. destacam-se os diferentes objetivos desse tipo de produção, com potencial de desafio às dinâmicas comuns estabelecidas no meio urbano, pautadas pela lógica do capital, espaços destinados a essa prática, inseridos profundamente no espaço urbano ou em suas zonas de transição como campo e tipos de gestão territorial em um espaço *a priori* pensado para uma destinação completamente diferente do que se propõe a AUP, e a destinação dos produtos advindos da atividade agropecuária. De modo que, a agricultura urbana se identifica como uma ramificação de atividades, historicamente estratificadas dos ambientes rurais, mas que se consolidam em práticas do uma ambiente urbano, como via para atender o público de forma direta.

Já a Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO), e o Ministério Social do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) (convertido hoje no Ministério de Desenvolvimento Social) e o Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (IPES), acrescenta à definição anterior a dimensão do “ respeito aos saberes e conhecimentos locais e promovendo a equidade de gênero, através do uso e coexistência de tecnologias apropriadas e processos participativos para a melhora da qualidade de vida da população urbana” (FAO, 2014).

Desta forma, a FAO contempla as mesmas dimensões dadas anteriormente, quanto à multidimensionalidade, produção e destinação, mas adiciona componentes a essa prática, agregando novos fatores sociais, de participação coletiva, de aprimoramento dos modos de produção, e o bem-estar social desenvolvido pela atividade da AUP.

Outra conceitualização que merece destaque é trazida por Aquino e Assis (2007), em referência à definição de AUP colocada pelo Grupo Nacional de Agricultura Urbana de Cuba (GNAU), pelo fato de trazer de forma concisa a conexão entre o ser humano e o espaço, demonstrando a posição do urbano com relação ao fazer agrícola, entendendo a AUP como:

(...) sendo a produção de alimentos dentro de perímetro urbano e periurbano, aplicando métodos intensivos, tendo em conta a inter-relação homem - cultivo - animal - meio ambiente e as facilidades da infraestrutura urbanística que propiciam a estabilidade da força de trabalho e a produção diversificada de cultivos e animais durante todo o ano, baseadas em práticas sustentáveis que permitem a reciclagem dos resíduos (GNAU, 2002 apud AQUINO e ASSIS, 2007).

Esse conceito merece especial atenção, pois apresenta um resgate da visão histórica para qual surge a Agricultura Urbana, tratada por Degenhardt (2016), se valendo da proximidade da força de trabalho nos ambientes urbanos, proximidade de recursos, ressaltando estas como vantagens funcionais para a produção de alimentos nesses espaços, de forma a rejeitar a dicotomia comumente relacionada, entre o modo de vida urbano com a atividade agrícola.

Ainda tratando do tema da AUP, cabe estabelecer, embora escolha-se aqui fazê-lo de forma mais sucinta, as definições de urbano e periurbano, a fim de melhor entender a espacialidade envolvida nas práticas estudadas.

Santandreu e Lovo (2007), fazem essa parametrização, pela diferença de relação entre a atividade e a dinâmica urbana, onde, ao menos parte da atividade é realizada em centros

urbanos. Já uma caracterização mais rígida é trazida por Damásio (2015), citando as definições de Mbida (1994) e Aldington (1997), afirmando que “A AU é definida quando ocorre o uso agrícola da terra zonificada para outra atividade” (MBIBA, 1994 apud DAMÁSIO, 2015) e “a AU é estabelecida pela prática da agricultura dentro da competência legal e regulamentar das autoridades urbanas. A AP se localiza numa zona de transição entre o ambiente urbano e rural” (ALDINGTON, 1997 apud DAMÁSIO, 2015). Essa definição nos permite a distinção entre as duas nuances da atividade, fora do espaço rural, na medida que a agricultura praticada em espaços destinados de forma regulamentar, ao uso urbano, é entendida como urbana, enquanto a periurbana, se estabelece na área de transição entre o espaço urbano e a área formalmente destinada a produção rural.

Como complemento à apropriação teórica da AUP, é importante também entender as possibilidades de impacto social, a partir de sua aplicação. Nesse sentido, Mongeot (2000) traz a seguinte questão: “Porque a Agricultura Urbana é importante? “Ao responder essa pergunta, o autor elenca diversas dimensões da vida em sociedade, no qual se destacam, os benefícios nutricionais, como a clara possibilidade de enriquecimento na dieta alimentar de produtos mais saudáveis, o incremento da renda das famílias, pela venda do produto, que pode ser investido em qualidade de vida e saúde, bem-estar da comunidade, com exemplos inusitados como:

“...os presentes frequentes de alimentos por produtores domésticos fortalecem a reciprocidade nas redes de atendimento e reduz a incidência de roubo. Produtores de espaços abertos também contribuem involuntariamente para reduzir a insegurança alimentar através da perda de colheitas, animais e outros bens por roubo” (MONGEOT, 2000).

Afora da redução da dependência da agricultura rural que, segundo o autor, diminui a sazonalidade e ajuda a diversificar a oferta de alimentos para a distribuição nos centros urbanos (MONGEOT 2000). Em colaboração aos apontamentos do autor, Smit (2000) elenca os impactos ecológicos observados a partir das práticas de AUP, de modo que:

Na escala das grandes cidades, a agricultura urbana limpa o ar e devolve o carbono ao solo. Colabora com os microclimas, conserva os recursos hídricos urbanos (em alguns casos, pois pode degradá-los em outros), e mantém uma superfície permeável entre o ar e o solo. E embora o gado e as aves possam contribuir para causar enfermidades e contaminação, também são poderosos recicladores de dejetos em comida, além de adubarem os solos. (SMIT, 2000).

Observa-se que a partir dessa colocação, a necessidade de gestão dos manejos uma vez que, determinadas práticas, como a criação de animais ou utilização insubstituível de recursos hídricos, tem potencial de aplacar problemas típicos dos ambientes urbanos, quanto de prejudicar ainda mais as contradições ambientais inerentes aos mesmos.

Finalmente, compreende-se a agricultura urbana, como prática de subsistência e interação com o ecossistema urbano, que apresenta potencialidades diversas para os grupos

humanos desses ambientes, entretanto essas potencialidades são uma via de mão dupla nessa relação, onde a prática também é beneficiada pelas condições presentes nas cidades.

Uma das manifestações AUP, que podemos presenciar nos espaços urbanos atuais, diz respeito à horta comunitária, que foi escolhida para esse estudo, em função da hipótese subsequente ao objetivo primário de produção de alimentos, pelo fato de que na sua concepção, impera a necessidade de reunião de pessoas em torno de um espaço comum, surgindo então a proposta de estudar a percepção dos participantes, tanto na função primária de produção de alimentos, quanto no desdobramento do contexto geral em que é arquitetada.

## **2.2 Horta Comunitária**

O nascimento de uma horta comunitária dentro da cidade, é comumente relacionado com crises econômicas, como forma de subsistência de comunidades mais afetadas por tais eventos que, por força da necessidade, se organizam em torno da produção de alimentos de forma mais saudável e acessível, segundo Zeeuw et al (2000). Os autores continuam propondo que, “nessas circunstâncias, a produção urbana de alimentos pode ser definida como uma "estratégia induzida pela crise, que garante a sobrevivência do segmento mais pobre da população” (ZEEUW et al, 2000). Sob esse prisma, a horta comunitária se apresenta como uma saída criativa para um problema em comum que, afetando a comunidade, engaja o coletivo em favor do bem comum.

Para entender esse conceito de forma mais específica, recorre-se primeiro à concepção de produção do espaço comunitário, entendido como objeto de uma construção coletiva, que se contrapõe à lógica urbana predominante, determinada pela regulação do capital e se estabelece como um espaço de resistência a esse domínio.

Nesse sentido, Certeau (2011) apud Medina (2019) entende essa construção espacial como “(...) encontros e desencontros entre concepções totalizantes e as práticas microbianas ou astúcias do cotidiano” (CERTEAU, 2011 apud MEDINA, 2019). Desse modo, a reflexão que traz Medina (2019) nos ajuda a elucidar esse ponto, indicando que a horta “(...) tem uma singularidade socio territorial, que está configurada a partir de práticas diversificadas, baseadas na construção coletiva de um bem comum” (MEDINA, 2019).

À luz de tais implicações, a autora entende que a produção desse espaço é “(...) uma prática microbiana que escapa à lógica totalizante, estabelecida no planejamento urbano do município em aquele tempo” (MEDINA, 2019). Por práticas microbianas, entende-se ações efetivas em âmbito local, com efeito imediato e alcance microscópico, e em geral destoante do

organismo, que é compreendido pela escala macroscópica da produção do espaço, de maneira institucional, ou a partir da lógica do capital.

Nesse contexto, entendemos como concepções totalizantes, as estratégias regulamentares de produção do espaço na cidade, como planos diretores, mapeamentos estratégicos, ou produções regulatórias do espaço urbano, que tendem a pensar a expansão das cidades de forma dominante, dissociada dos interesses representados em construções coletivas a exemplo de hortas comunitárias. Em contraponto, as práticas microbianas são entendidas como dissociações do planejamento institucional, motivados pelo interesse social das comunidades e se projetam como iniciativas determinantes para a produção destes espaços específicos.

Entende-se, portanto, que o conceito de comunitário, lastreado pelos autores, versa sobre a dimensão da divisão do espaço de trabalho em função do bem comum, em que os anseios individuais não se sobressaem às aspirações do todo, em contraponto à noção de espaço compartilhado, onde o resultado é dividido e individualizado de acordo com o trabalho em uma limitação predefinida dentro do recinto comum.

Um ponto de destaque, que é trazido por Zeeuw et al (2000), faz referência ao papel do sentido *comunitário*, como agente de transformação do meio urbano, combinando espaços de produção com atividades outras, de maneira que:

Sob certas circunstâncias, a produção de alimentos pode ser combinada com outras funções urbanas do solo, como recreação e lazer, conservação da natureza, educação ambiental etc. Os agricultores podem ser encorajados (por meio de educação e conscientização, incentivos econômicos etc.) a participarem mais ativamente no gerenciamento dessas áreas, reduzindo os gastos públicos e os riscos com usos ilegítimos, ocupações ilegais etc. (ZEEUW et al, 2000)

Neste caso, a necessidade de intervenção organizada nas práticas adotadas se faz necessária, já que uma variedade de atividades dessas proporções, demandam um trabalho de base consistente na comunidade envolvida.

Portanto, se observarmos a horta do ponto de vista da produção comunitária, é imperativo que se avalie o sentido da práxis realizada no meio, de maneira que a lógica totalizante descrita por Medina (2019) não esteja restrita à ideia de espaço em comum, baseado em subdivisões internas de caráter privado.

Baseando-se nos conceitos de horta comunitária, como expressão da atividade de Agricultura Urbana e Periurbana, evidencia-se que a finalidade principal de tais iniciativas é a oportunidade de proporcionar benefícios nutricionais para as populações atendidas, sobretudo como forma de incrementar a dieta dos grupos impactados, mas também como forma de manter práticas ancestrais distorcidas pela lógica urbana de compra e venda de alimentos, portanto se

faz necessário debater mais profundamente em que termos a nutrição está sendo entendida nos dias de hoje, através do conceito de Segurança Alimentar e Nutricional.

### 2.3 Segurança Alimentar e Nutricional

Buscando a significação de segurança alimentar nutricional, debruçou-se sobre o que rege a legislação brasileira, através da Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN) - Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006, (BRASIL, 2006). Esta define aquele termo como A “realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais” (BRASIL, 2006). Podemos entender essa definição de forma mais ampla, à medida que a sua contemplação depende de outras dimensões relativas à vida em sociedade, já que a condição de acesso à alimentação regular e de qualidade não se torna um elemento restritivo de outros aspectos relativos a outras condições de qualidade de vida.

Complementando essa disposição, é imperativo conceituar diferentes escalas dos níveis de qualidade nutricional e, para isso, o estudo se vale dos conceitos trazidos pelo relatório da FAO de 2015, que trata das experiências alimentares em quatro níveis diferentes, de maneira que segurança alimentar plena corresponde ao acesso regular de alimentos suficientes e adequados.

De acordo com essa escala da FAO, a insegurança alimentar se desdobra entre leve, moderada ou grave, sendo que a classificação *leve*, representa uma insegurança futura à manutenção da regularidade de alimentos adequados em uma perspectiva de médio e longo prazo. Já na fase *moderada*, a falta de comida já está presente, havendo necessidade de decisão entre quem vai comer e quem não vai, ou a eleição de qual a refeição será negligenciada e em que momento acontecerá. E, por fim, a insuficiência de alimentos para toda a família, onde se identifica a insegurança alimentar *grave*, com a presença da fome no dia a dia do ambiente familiar. (FAO, 2015).

É possível complementar a dimensão da segurança alimentar nutricional (SAN), para além do acesso à alimentação, sob o prisma da mesma base teórica pois, segundo a legislação BRASIL (2006), “(...) tendo como bases práticas alimentares promotoras de saúde, que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, econômica, cultural e socialmente sustentáveis” (BRASIL, 2006) em que se observa a preocupação com a dimensão sustentável da prática, e de respeito à cultura dos povos, de maneira a preservar os recursos de forma a atender as necessidades da atual e futuras gerações.

O parágrafo 4º do capítulo I da referida lei versa sobre o acesso a alimentos de qualidade e à água, a conservação de biodiversidade e à utilização de recursos sustentáveis, a promoção da saúde, a formação de estoques reguladores abrange também a segurança alimentar nutricional (BRASIL, 2006). Deste modo, se concebe que a SAN se trata de uma condição multifatorial, que se estende para além da análise da dieta alimentar da população, mas compreende o estudo de um quadro social complexo e abrangente, que abarca os diversos fatores culturais, biológicos, sanitários e de governança e que são igualmente determinantes para a promoção da Segurança Alimentar e Nutricional de grupos humanos.

A partir dessa disposição, podemos descompactar as disposições da lei, segundo o entendimento de que *segurança* trata da relação do indivíduo a partir da leitura de sua realidade no tempo presente, com as perspectivas de futuro, em relação a noção de subsídio familiar; *alimentar*, se relaciona com a necessidade básica, que condiciona a maioria das outras atividades sociais, laborais e dignidade humana; *nutricional*, abarca as dimensões do hábito alimentar, e suas relações com a qualidade de vida, saúde e bem-estar.

No contexto atual do Brasil, a realidade da SAN é preocupante, pois segundo dados do PENSSAN (2020), trazido por Campello et al, (2022).

A insegurança alimentar em dezembro de 2020. Do total de 211,7 milhões de brasileiros à época, 116,8 milhões conviviam com algum grau de insegurança alimentar. Destes, 43,4 milhões não tinham alimentos em quantidade suficiente e 19,1 milhões enfrentavam a insegurança alimentar grave, ou seja, a fome. (PENSSAN, 2020 apud CAMPELLO et al, 2022)

Esse cenário representa uma sensível degradação do quadro geral da segurança alimentar, em um recorte histórico recente, visto que os dados de 2020, apontava que em 2014, o ano em que o Brasil saiu do mapa da fome da FAO, o número de brasileiros em situação de subalimentação havia caído 82% desde 2002 (CAMPELLO et al, 2022).

Campello et al, sugerem que esse quadro, além de agravado pela pandemia de COVID 19, é fruto de políticas públicas associadas a interesses de corporações privadas sem qualquer empenho histórico no combate a insegurança alimentar (CAMPELLO et al, 2022), articuladas pela visão de mercado com características neoliberais. Essa proposição é notável através de movimentações legislativas que inferem um combate à vinculação entre povos originários, agricultura familiar, e os programas de combate à fome, privilegiando cadeias de produção essencialmente voltadas a lógica do capital (CAMPELLO et al, 2022).

Contudo, essa condição, independentemente de sua gênese, construção histórica, ou responsabilidade intrínseca precisa voltar ao centro do debate público, como estratégia de Estado, associado aos diversos atores da sociedade civil, da mesma forma em que a condição de erradicação da fome já foi alcançada recentemente. As autoras delegam essa condição a:

...valorização do salário-mínimo e geração de emprego e renda; programas de transferência de renda, como o Bolsa Família; o fortalecimento da agricultura familiar, com crédito, assistência técnica e compras públicas; a continuidade e melhoria do programa de alimentação escolar (...) (...) a articulação e gestão intersetorial, com participação e controle social em instâncias de governança como o CONSEA. (CAMPELLO et al, 2022).

Em complemento a proposição das autoras, podemos considerar a promoção da agricultura urbana, visando a contemplação de um público que se encontra, por vezes à margem das políticas públicas de emprego e renda convencionais, e a partir de então, podemos concluir que a promoção da Segurança Alimentar e Nutricional não se restringe a uma questão de saúde pública, ou política social, mas em um patrimônio intangível de uma nação, e ponto de partida para as demais ações de estado, agentes da sociedade civil, comunidade acadêmica, e estruturas de governo.

Apesar da inegável importância do debate intenso e incansável sobre a pauta da SAN, quanto às suas possibilidades, em perspectiva da Agricultura Urbana e Periurbana, através das hortas comunitárias, esse trabalho tangencia a ideia de que o aporte da horta para o seu entorno, excede a relação entre produção e consumo dos alimentos e busca investigar a possibilidade de os atores envolvidos nas atividades práticas da horta adquirirem uma sensação de pertencimento em relação a esse novo espaço construído em coletivo, a partir do conceito geográfico de lugar.

## 2.4 Lugar e a sensação de pertencimento

Ao falarmos de agricultura, seja ela, urbana, periurbana ou rural, é comum atribuir uma perspectiva de caráter meramente econômico, onde se estabelecem relações de trabalho para uma produção objetiva, de forma a atender as necessidades de ordem econômica, a partir da comercialização de produtos, ou de trabalho em favor da própria subsistência, porém ao determinar-se o recorte da pesquisa para o espaço da horta comunitária, leva-se forçosamente a pensar sobre quais relações se desdobram em função das características dessa forma de organização, assim entendemos que vários processos de interação, geradores de sensações e concepções, passíveis de desenvolvimento da relação entre pessoas por meio dessa prática, entre elas a sensação de pertencimento. Ao falar de pertencimento, Silva (2019), afirma que “*pertencer* constitui dividir características, vivências e experiências, com os membros das comunidades de pertencimento, desenvolvendo um *sentimento de pertença*” (SILVA, 2019. Grifos acrescentados.).

Nesse aspecto, a construção do espaço o qual investigaremos está profundamente ligado aos três fatores relacionados por Silva (2019), já que a atividade constitui a vivência diária de um fazer em comunidade, com constante troca de experiências, no emprego dos

saberes pré-desenvolvidos ou adquiridos durante a atividade, entre indivíduos de modos de vida semelhantes, por viver em localidades com características próprias.

A mesma autora enfatiza ainda que “O sentimento de pertencimento é uma forma de incentivar as pessoas a valorizarem e a cuidarem do lugar onde estão inseridos” (SILVA, 2019.). Esse entendimento reflete um dos pontos ao que o trabalho se propõe ao estabelecer, em determinada medida, a quão incorporada está a atividade da horta, no cotidiano da comunidade, através da sensação de pertencimento.

Sobre esse conceito de ligação do lugar ao sentimento, Lestinge (2004) destaca que “o conceito de pertencimento pode nos remeter a um sentimento por um espaço territorial ou ao sentimento de integração ao um todo maior” (LESTINGE, 2004). Nesse sentido, a sensação de pertencimento se relaciona dialogicamente com o *conceito geográfico de lugar*, na medida que as interações locais mediadas pela horta, pressupõem um ponto de encontro entre as pessoas que se apropriam do espaço, gerando relações horizontais diretamente ligadas ao fazer cotidiano.

Trazendo a discussão para a contemporaneidade das relações, a concepção de lugar, para Santos (1997), destaca que o sentido de lugar não escapa a essa lógica:

O lugar é o quadro de uma referência pragmática do mundo, do qual lhe vêm solicitações e ordens precisas de ações condicionadas, mas é também o teatro insubstituível das ações humanas, responsáveis, através da ação comunicativa, pelas mais diversas manifestações da espontaneidade e da criatividade”. (SANTOS, 1997 p. 218).

Nessa ótica, a percepção entre a mecanicidade das tarefas de ordem objetiva, compartilha a significação com a característica de afeição, expondo que esse conceito pode conter mais de um significado, sobretudo, quando lhe é implicada uma atividade de caráter multifacetado, como da horta comunitária.

Esclarecendo um pouco mais essa relação, Suertegaray (2001), descreve esse conceito, percebendo que “o lugar expressa relações de ordem objetiva em articulação com relações subjetivas, relações verticais resultado do poder hegemônico, imbricadas com relações horizontais de coexistência e resistência”; tais articulações, podem ser entendidas à luz dos espaços estudados como relações verticais, originadas do poder público, por via de leis e regulações do espaço nas cidades, e suas implicações na organização e mobilização comunitária em torno da iniciativa geradora das atividades, e horizontais na relação interpessoal entre os constituintes do processo diário de manutenção e consagração do espaço como lugar comum.

A partir dessa perspectiva, o trabalho na horta realizado de forma comunitária, se configura na concepção de *lugar*, já que a sua razão de existir está na relação objetiva entre cultivar, colher e consumir, mas se relaciona também com articulações subjetivas, na medida



em que se transforma em um ponto de encontro entre as pessoas que trocam experiências, relativos ao objeto direto da ação, ou às relações adjacentes de amizade e amistosidade.

É possível contemplar também, um exemplo dessa relação adjacente no texto de Moldakov (2000), que se refere ao contexto das práticas da agricultura urbana em San Petesburgo, ao relatar que entre as razões objetivas, relatadas pelos atores das hortas, como autossuficiência alimentar, renda adicional, acesso a alimentos saudáveis e baratos, constava objetivo como passatempo e lazer. Não obstante, o autor continua o resgate histórico, relatando o espaço destinado a hortas coletivas, na década de 1960, em que: “seus ocupantes eram funcionários do Partido Comunista e cientistas, artistas e atores proeminentes, entre outros. Esses eram lugares de descanso e relaxamento, e as atividades agrícolas não representavam muito mais do que um passatempo exótico” (MOLDAKOV, 2000 p. 58).

Resgatando a ideia de ancestralidade, é tentador estabelecer associações entre a prática da agricultura urbana, realizada em espaços coletivos ainda no surgimento das cidades, com a complexificação das relações de convivência dos grupos humanos, contribuindo para a evolução de sistemas complexos de organização da sociedade, além de possíveis evoluções cognitivas a partir dessa convivência. Ainda que esse resgate não passe de uma digressão, a ideia intrínseca no conceito geográfico de lugar, permite que seja estabelecido um fio condutor entre o processo de evolução da sociedade urbana, e a relação horizontal de resistência e coexistência, discorrida por Suertegaray (2001).

Deste modo, podemos reconhecer o conceito de lugar, presente nas relações da horta comunitária, uma vez que, na própria conceitualização do termo, sobre a qual versa Silva(2019), estão presentes as relações horizontais trazidas por Suertegaray (2001), da mesmo forma que o sentimento de pertencimento, também pode ser reconhecido através de um modo de fazer coletivo, que induz a percepção de subjetividade, a partir de uma relação objetiva, já que a horta se constitui em um lugar onde dimensão do existir, se constrói de forma coletiva, onde a atividade congrega diferentes pessoas, com necessidades, prazeres e interesses em comum, protagonizando a produção do espaço em que se encontram.

### **3. HORTAS COMUNITÁRIAS EM SAPUCAIA DO SUL: UM RECORTE**

Sapucaia do Sul, faz parte da região metropolitana de Porto Alegre (figura 1). Segundo dados do IBGE (2021), o município conta com uma população estimada em 142.508 habitantes, distribuídos em uma área de 58.247km<sup>2</sup>. E, assim como a maioria das

cidades satélites das capitais estaduais brasileiras, teve um crescimento demográfico acentuado na segunda metade de século XX, creditada ao êxodo rural, responsável por inúmeras repressões nas populações do campo, promovidas pela revolução verde e pela industrialização crescente nos territórios próximos das metrópoles, se traduzindo em características específicas das regiões metropolitanas ao longo do Brasil e da América Latina. Como destaca Gonçalves de Souza (2013), quando afirma que:

Por volta dos anos 1970, acentua-se a redistribuição espacial da população. As características desses movimentos são intensos fluxos migratórios, principalmente campo-cidade, e em direção às fronteiras agrícolas, levando a uma concentração da população em cidades, que a cada ano ficavam maiores, desenvolvendo áreas de conurbação.

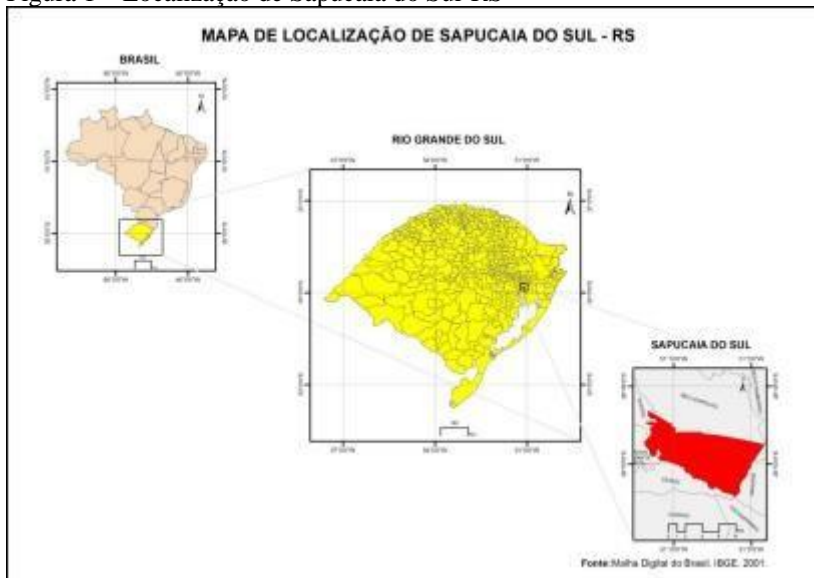
Esse processo responde pela formação das contradições próprias da expansão demográfica desordenada e acelerada, criando áreas de segregação espacial que obedecem em grande medida à lógica do capital, criando áreas providas de estrutura urbana próxima aos centros administrativo e comercial, em contrapartida, as regiões periféricas com baixa estrutura. Essa diferença de contexto socioespacial expressa a análise dos dois locais estudados, onde as dinâmicas que estabeleceram essas duas ocupações caracterizam uma e outra população e, por conseguinte, estabelece diferenças quanto ao papel em que a horta representa em cada uma das situações estudadas.

Durante o trabalho de pesquisa, foi possível conhecer iniciativas recentes da administração municipal, que visam ampliar as hortas urbanas, por meio das secretarias de agricultura e de assistência social. Ao todo, o município conta hoje com 21 hortas comunitárias distribuídas, em geral localizadas em áreas públicas, geralmente degradadas, próximas dos mais diversos espaços, como Centro de Referência e Assistência Social CRAS e Unidade Básica de Saúde UBS, em diversas regiões do município.

O funcionamento das hortas se dá de forma fracionada, isto é, em geral, uma família cadastrada pelo CRAS ou UBS recebe um canteiro. A partir daí, recebendo-o, sua parte é delimitada em uma reunião dos grupos, organizada pelas secretarias responsáveis, que estabelecem as separações, preparam a terra, fornecem mudas, insumos, água e fornecem acompanhamento técnico para serem cultivados os canteiros para, a partir de então, dedicarem-se ao cultivo dos produtos, que podem ser utilizados a critério da família responsável pela sua fração de terra.

Dessa forma, o trabalho desempenhado pela administração pública tem um papel fundamental, tanto na iniciativa da horta comunitária, quanto na transformação desses espaços em fontes de socialização das comunidades.

Figura 1 – Localização de Sapucaia do Sul-RS



Fonte: (GONÇALVES DE SOUZA, 2013)

Figura 2 – Localização das hortas dentro do território municipal



Fonte: Autor da pesquisa/2022

### 3.1 A horta do bairro São José

O bairro São José, é uma das áreas de urbanização recente da cidade, com o loteamento iniciado no ano 2000, avançando a ocupação no sentido norte do município, aproximando-se

da tendência de conurbação com o município de São Leopoldo. E este processo transformou o bairro, nascido como loteamento de classe média baixa, em função da distância das áreas centrais, em uma área explorada pela lógica da especulação imobiliária, gerando uma valorização pecuniária de seu espaço, reconfigurando a população ali existente em um bairro de classe média alta, que se mescla com alguns moradores do loteamento original, o que denota alguma diversidade econômica entre as pessoas que lá habitam.

A população escolhida para as entrevistas da horta tem, em sua maioria, acima dos 60 anos, em grande parte são mulheres aposentadas e que tem como principal atividade diária os cuidados da casa e família (tabela 2).

De acordo com as respostas obtidas nas entrevistas, a horta nasce por iniciativa da associação de moradores do bairro, existe desde o ano de 2020, utilizando um local, destinado inicialmente, à ser uma área de convivência pública na entrada do loteamento, mas que até o início da horta, não recebeu nenhum tipo de estrutura que configura-se como tal, disposto por um espaço aberto, sem nenhuma identificação, onde a organização se dá, em sua maioria, pelos próprios moradores, que articulam a distribuição dos canteiros, contrariando a tendência que prevalece na maioria das outras hortas do município, onde esse papel é exercido pelas estruturas públicas próximas.

Tabela 1 – População entrevistada da horta São José

<b>Total de pessoas</b>	<b>5</b>
<b>Mulheres</b>	4
<b>Homens</b>	1
<b>Aposentados</b>	4
<b>Dona de casa</b>	1
<b>Acima de 60 anos</b>	5

Fonte: Elaboração própria.

Figura 3 – Visão geral da horta do bairro São José



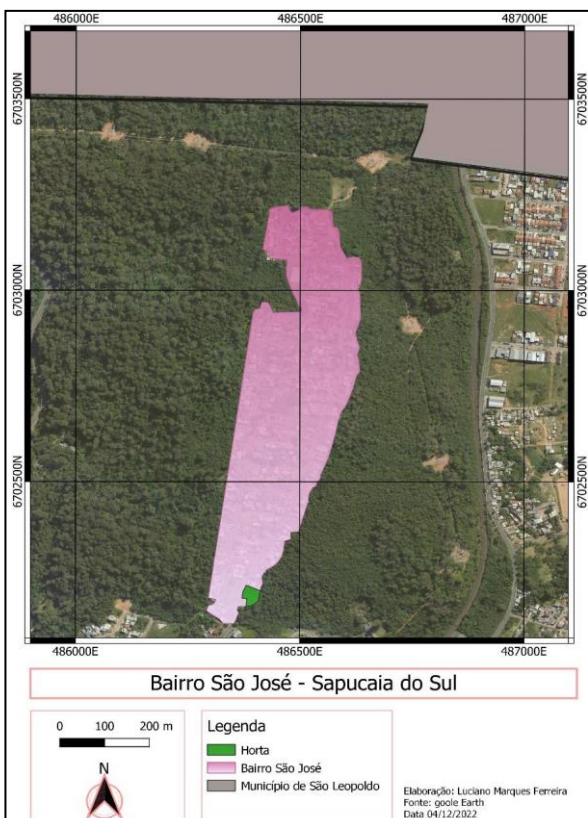
Fonte: Autor da pesquisa/2022

Figura 4 – Organização e distribuição dos canteiros da horta do bairro São José



Fonte: Autor da pesquisa/2022

Figura 5 – Mapa de localização do Bairro São José



Fonte: Autor da pesquisa/2022

### 3.2 A horta do bairro Fortuna

No extremo oeste da cidade se encontra o bairro Fortuna, que se constituiu, primeiro, como uma vila de pescadores, associados à atividade portuária, configurada como o principal elo com a capital, até a primeira metade do século XX (MOEHLECKE, 1978). A partir desse período, a localidade sofre um isolamento do restante da cidade, em função da construção da BR 116, que corta o município no sentido norte-sul.

Moehlecke (1978) afirma que o bairro apenas começa a adquirir uma nova centralidade a partir da instalação fabril da empresa Gerdau Siderúrgica Rio Grandense, se constituindo, então, como bairro propriamente. Porém, a infraestrutura urbana deficiente, o fluxo intenso de caminhões, além da distância do centro administrativo e comercial da cidade, não desperta o interesse por parte da população advinda do êxodo rural, responsável pelo crescimento intenso de Sapucaia do Sul, nas décadas de 1960 e 1970, adquirindo características próprias das áreas de periferias das regiões metropolitanas brasileiras.

A horta estudada no bairro foi iniciada no ano de 2018, por iniciativa da administração do município, em um pequeno terreno ao lado da UBS do local, e mediada pela Secretaria de Ação Social e, devido à grande procura por parte da comunidade, houve a necessidade de adoção de um espaço maior, mudando-se em 2022 então para o terreno ao lado do CRAS. Trata-se de um espaço que foi separado e fechado exclusivamente para o uso da horta e, dessa forma, é restrito às pessoas que nela trabalham.

Na oportunidade da pesquisa, foi possível participar de uma reunião de esclarecimentos e cadastro dos participantes do projeto, em que a equipe da secretaria se reuniu no Centro de Referência e Assistência Social (CRAS) para passar as orientações do funcionamento do ambiente, direitos e deveres implicados nas práticas, além de uma troca de experiências entre os usuários, que se apropriam do espaço para trocar ideias sobre as atividades desenvolvidas no local (figura 3).

As entrevistas no bairro abarcaram um recorte mais diversificado da comunidade local, em comparação à experiência no bairro São José, tanto no que se refere ao gênero, quanto em relação às faixas etárias e às classes sociais, denotando, portanto, diferentes percepções sobre o papel da horta na vida de cada um dos envolvidos nos trabalhos.

Tabela 2 – População entrevistada da horta Fortuna

<b>Total de pessoas</b>	<b>5</b>
<b>Mulheres</b>	2
<b>Homens</b>	3
<b>Aposentados</b>	3
<b>Dona de casa</b>	1

<b>Funcionário público</b>	1
<b>Acima de 60 anos</b>	3
<b>De 50 a 60 anos</b>	1
<b>De 30 a 40 anos</b>	1

Fonte: Elaboração própria.

Figura 6: CRAS bairro Fortuna.



Fonte: Autor da pesquisa/2022

Figura 7: Reunião de cadastro e mobilização do grupo realizada no CRAS do bairro Fortuna.



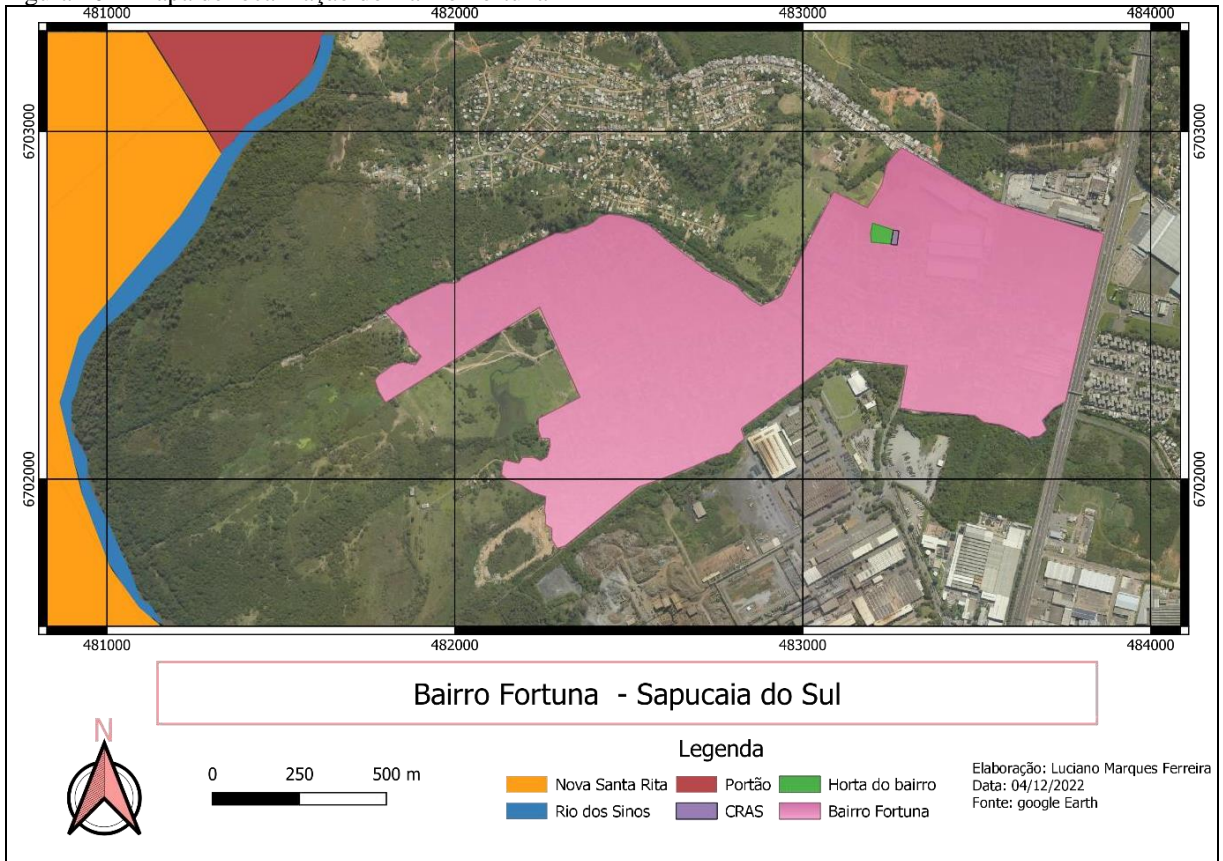
Fonte: Autor da pesquisa/2022

Fotos 8 e 9: Início dos trabalhos de plantio



Fonte: Autor da pesquisa/2022

Figura 10 – Mapa de localização do Bairro Fortuna



Fonte: Autor da pesquisa/2022

## 5 RESULTADOS OBTIDOS

Assim como os perfis socioeconômicos das hortas diferenciam-se em vários sentidos, os resultados também apresentam sensíveis diferenças, na medida que as necessidades de um e de outro conjunto de pessoas diferenciam-se, sobretudo com relação aos produtos cultivados, mais do que a relação de convivência e produção do espaço.

Por exemplo, para o bairro São José, a Prefeitura fornece periodicamente mudas compradas pelo município, apropriadas para cada estação do ano, mas os moradores envolvidos no projeto, também trazem suas próprias mudas e sementes, adquiridas com recursos próprios, a fim de aumentar a variedade de produtos colhidos. De acordo com a apreciação de cada um, neste processo, alguns indivíduos mais engajados no trabalho produzem suas próprias mudas e as distribuem para os demais usuários, principalmente, com os que tem mais convivência, enquanto na outra horta, os cultivos ficam restritos às mudas disponibilizadas pela prefeitura, sem a iniciativa pessoal que se observa na horta do bairro São José.

Quanto à *destinação* dos produtos cultivados, as duas hortas se assemelham, conforme demonstra o quadro abaixo, em que foi perguntado:

Pergunta - **Quem consome os produtos que são colhidos?**



Tabela 3 – Destinação dos produtos cultivados nas duas hortas

<b>Horta</b>	<b>Família exclusivamente</b>	<b>Família(outros) e amigos</b>	<b>Família e Renda Extra</b>
<b>Fortuna</b>	2	2	1
<b>São José</b>	2	3	0

Fonte: Elaboração própria.

Cabe destacar o conceito colocado quanto à *família* que, para efeito da pesquisa, está compreendida como as pessoas que residem com o entrevistado. Desta forma, observa-se que, quanto a destinação dos produtos, tem destino, conforme apontado por Santandreu e Lovo (2007), já que em todos os casos, a família se alimenta dos cultivos da horta, mesmo que essa destinação seja dividida, por vezes, com a distribuição entre outros membros da família e amigos e até mesmo cumpra o papel de ajuda no orçamento familiar, embora esse caso, seja de uma resposta única no recorte pesquisado, mas o que representa, nesta pesquisa, um percentual de 10%.

De posse desses dados, passa-se a tratar do papel dos produtos colhidos na alimentação da casa, em que se busca observar a percepção do antes e depois do início da participação no trabalho, resultando no quadro de respostas abaixo:

Tabela 4 – A mudança na rotina alimentar a partir da participação na horta

<b>Horta</b>	<b>Não houve mudança</b>	<b>Aumentou a quantidade de vegetais na dieta</b>	<b>Houve alteração significativa na dieta da família</b>
<b>Fortuna</b>	0	4	1
<b>São José</b>	1	4	0

Fonte: Elaboração própria.

A partir dessa relação, entende-se que a proposição de Mongeot (2005) está contemplada por grande parte das respostas, já que 90% dos entrevistados enxergam a sua alimentação incrementada pelos produtos da horta, que representa um aumento na quantidade de vegetais consumidos, sem maiores alterações na dieta, no entanto se observam uma exceção, que constitui o entrevistado 3 da horta São José, alegando que a horta não mudou em nada a sua alimentação, além da entrevistada 1 do bairro Fortuna, com o depoimento que demonstra maior impacto nos hábitos alimentares da família, configurando um grau maior de impacto na dieta, com relação aos demais entrevistados.

**Pergunta - Depois que você começou o trabalho na horta, mudou alguma coisa na alimentação da família? Se houve mudança, o que você imagina que as pessoas da família estariam comendo ao invés dos vegetais colhidos?**

*“Eu já comia bastante salada, a diferença agora é que eu sei de onde vem.”*  
(Entrevistado 2 da horta da Fortuna)

*“Eu sempre comi legumes e salada, mas agora tenho que comer mais, porque a produção aqui é grande e a gente quase não dá conta.”* (Entrevistado 3 da horta da Fortuna)

*“Quase tudo que eu planto aqui, eu já comia, agora eu como um pouco mais, porque é mais fácil, e não precisa sair para comprar, daí como está perto a gente acaba comendo mais né.”* (Entrevistada 4 da horta do Bairro São José)

Porém de modo geral, as respostas que predominam, sobre a importância da atividade entre os entrevistados, transitam entre as vantagens de saber a proveniência do alimento consumido, destacando espontaneamente, a ausência de pesticidas industriais ou adubo químico nos produtos, nesse sentido, a concepção de Segurança Alimentar e Nutricional (BRASIL, 2006) está presente à medida que a preocupação com a qualidade do que é produzido aparece frequentemente entre os entrevistados:

**Pergunta: Qual é a principal vantagem que você vê em comer alimentos daqui, ao invés de outro lugar?**

*“O principal daqui é que a gente sabe o que está comendo, muitas vezes o que a gente compra na rua, não tem como saber.”* (Entrevistada 4 da horta do Bairro Fortuna)

*“É muito melhor a gente comer uma coisa que sabe que não tem veneno.”* (Entrevistada 5 da horta do Bairro Fortuna)

Em complemento a essa percepção de diferença de sabor entre os produtos colhidos frescos é quase uníssona. Nesse sentido, quatro respostas foram muito semelhantes, quando relatados sobre a diferença entre o alimento produzido e comprado:

*“Ah, é outro gosto, comer o que sai daqui, e o que a gente compra, não tem comparação.”* (Entrevistado 2 da horta do Bairro Fortuna)

*“Esse aqui tem gosto de alface, o que a gente compra no mercado tem gosto de papel.”* (Entrevistado 3 da horta do Bairro Fortuna).

*“Esses produtos daqui tem um gosto diferente, muito melhor.”* (Entrevistado 4 da horta do Bairro Fortuna).

*“Eu comia a alface da fruteira, depois que eu comecei a participar daqui eu não gosto mais daquele lá.”* (Entrevistado 5 da horta do Bairro Fortuna).

*“Todo o dia eu desço ali na horta, apanho um pezinho de couve, radicci ou rúcula e trago para a casa quando a comida já está pronta, daí eu só lavo e já como.”* (Entrevistada 2 do Bairro São José).

*“Eu venho almoçar em casa, como a horta é no caminho, eu pego um pé de alguma salada e como todo ele no almoço, quando chego em casa.”* (Entrevistado 5 do Bairro São José.)

Desta maneira, é possível estabelecer a relação entre a noção do sabor dos alimentos, relatada pelos entrevistados, frente à concepção da LOSAN (BRASIL, 2006), que prevê a necessidade da qualidade dos alimentos necessários para que a Segurança Alimentar e

Nutricional se faça presente, e portanto, se configura em um elemento de concordância com a percepção das pessoas que fazem uso dos alimentos das hortas.

Uma outra análise é possível a partir dessas repostas, sugere a concordância com a afirmação de Silva (2019), já que a percepção de um sabor diferenciado dos produtos, também colaboram para aumentar a sensação de pertencimento, contribuindo para a valorização do lugar, enquanto construção coletiva.

A resposta em que se observou o maior impacto da horta na alimentação da família se destaca o depoimento na mudança de comportamento das crianças, frente à participação delas nas atividades, inserida pela mãe de forma lúdica, aproximando a lógica do cuidado e cultivo das plantas, e a relação diária com a alimentação. Dessa forma, se observa na prática a contribuição efetiva com resultados de aprendizado sobre alimentação saudável e convívio familiar relatados pela entrevistada 1 do Bairro Fortuna, de modo que o relato espontâneo apresentado foi:

*“A minha filha de sete anos me acompanha nos dias de colheita e faz questão de me ajudar a colher os pés de alface. Para ela, vir aqui é como ir na pracinha, uma diversão, o meu filho não vem, porque ele estuda em turno integral, mas quando é a hora da comida e ela reconhece os alimentos que ela colheu, ela induz o irmão dela a comer o produto da ‘horta dela.’” (Entrevistada 1 do Bairro Fortuna).*

**- E o que a Sra imagina que ela estaria comendo ao invés desses produtos da horta?**

*“Olha, ela come tomate como se fosse fruta, como se fosse maçã ou banana, quando dá vontade ela abre a geladeira e pega. Isso depois que ela viu como é aqui, quando era comprado no mercado ela não “dava bola”. E o que ela estaria comendo é salgadinho, se tivesse dinheiro. Se não tivesse era pão que eu faço em casa. E no almoço, ela sempre gostou de arroz, feijão, carne e farinha, ela continua comendo isso, mas agora sempre tem salada acompanhando.” (Entrevistada 1 do Bairro Fortuna).*

Esses relatos, abarcam vários aspectos que já tratamos nesse trabalho, à luz das práticas de Agricultura Urbana e Periurbana, conforme traz Degenhardt (2016) em seu caráter ancestral, à medida que consolida a relação entre mãe e filha em função das atividades da horta, assim como faz um contraponto às lógicas totalizantes, servindo como elemento didático, de modo a estabelecer um sentimento de pertença na relação com os produtos retirados da horta.

A contribuição da prática na horta comunitária para a promoção da SAN, também é notável, a partir do caráter pedagógico que essas práticas abarcam, além da afetividade adquirida no fazer da horta, elevando significativamente a qualidade da alimentação que, de acordo com a LOSAN(BRASIL, 2006), compõe a Segurança Alimentar e Nutricional da população.

A outra abordagem da pesquisa trata de um ponto mais subjetivo, que abre matizes para percepções mais abrangentes, em que se optou por analisar dois pontos específicos buscados através das perguntas, de modo a perceber se as hortas, de alguma forma, servem como ponto de encontro para dividir experiências de trabalho em comum, além da percepção dos entrevistados de que a atividade, de alguma forma, serviu de catalizador do relacionamento social da comunidade.

Após a aplicação das perguntas obtivemos os dois quadros abaixo:

Tabela 5 – A relação social proporcionada a partir dos fazeres da horta

Horta	Não converso com ninguém	Converso somente nas reuniões	Conheci novas pessoas e converso regularmente sobre a horta
Fortuna	0	0	5
São José	0	2	3

Fonte: Elaboração própria.

Tabela 6 – A percepção da horta como ponto de encontro e troca de experiência

Horta	Nunca encontro ninguém na horta	Só venho nas reuniões do projeto	Encontro outros participantes para dividir experiências
Fortuna	0	0	5
São José	0	2	3

Fonte: Elaboração própria.

A relação entre os resultados apresentados pelas tabelas 05 e 06 é evidenciada pelo quadro de respostas, a partir do qual, podemos perceber o papel da horta, tanto como agente do *pertencimento comunitário*, quanto como fonte produtora de alimentos. É possível destacar ainda o papel agregador das mulheres que, durante a entrevista, descrevem detalhes das relações pessoais estabelecidas no lugar, como o nome das pessoas, a frequência das mesmas e o teor das conversas vivenciadas na horta. Tais resultados produzem uma interlocução considerável com os conceitos estudados, conforme é detalhado a seguir.

Pergunta: **Você já fez amizade ou começou a conversar com alguém na horta?**

**Quantas pessoas?**

*“Eu fui indicada pelo CRAS para participar da horta, quando a assistente social me viu andando na rua com um quadro de depressão, e sabe que esse trabalho me fez tão bem que agora eu consigo, inclusive, ajudar outras pessoas, tem um senhor que eu fiz amizade, mas nem sei o nome, mas eu sei que ele é bem sozinho”.* (Entrevistada 1 do bairro Fortuna)

Essa resposta dialoga com a argumentação de Biazoti(2017), ao elencar os benefícios da horta urbana para a saúde individual e coletiva, através da valorização dos saberes adquiridos pela prática da horta, claramente percebida no relato da entrevistada, de forma a associar a adesão ao projeto com a melhoria de vários aspectos da sua saúde física.

*“Eu sou aposentada e tenho bastante tempo para vir aqui, como eu enxergo a horta de casa, se as vezes tem alguém mexendo nos canteiros, eu vou ali puxar conversa, sempre tem o que conversar sobre a horta, trocar mudas, ali na horta eu conheci a minha vizinha dos fundos que eu morava há anos de costas para a casa dela e a gente nunca tinha conversado”.* (Entrevistada 1 do Bairro São José)

*“Eu converso com uma senhora quase todos os dias, quando ela vem na horta, geralmente eu estou aqui, mas nem sei o nome dela, só sei que ela gosta de plantas que nem eu, ela mora na mesma rua da horta”.* (Entrevistada 2 do Bairro São José)

Por outro lado, os homens respondem à pergunta de forma direta e curta, sem muitos detalhes dessas relações, mas com um entendimento semelhante com relação a horta enquanto ponto de encontro:

*“A gente encontra o pessoal que está trabalhando aqui”.* (Entrevistado 3 do Bairro Fortuna)

“A gente chega e, se tem alguém por aqui, já começa o assunto”. (Entrevistado 4 do Bairro Fortuna).

Observa-se neste ponto, que as relações objetivas estão estabelecidas no sistema de troca entre trabalho e colheita, visto que essa condição induz à relação subjetiva de amistosidade e troca de experiências. Conforme estabelece Suertegaray (2001), do mesmo modo que é possível entender a valorização do espaço, ao passo que os usuários, além de trabalhar, cuidam e usufruem dos produtos, ainda entendem como um lugar passível de ameaças externas, o que pode ser entendido como um sentimento de valorização, conforme retratado por Silva (2019).

**Pergunta: Você encontra pessoas aqui na horta para dividir as experiências sobre os canteiros?**

*“Então, esse senhor que eu falei, ele não consegue nem mexer nos canteiros direito, porque ele anda de bengala, com muita dificuldade, mas faz questão de vir aqui, aí ele arranca os inços dos canteiros que ele consegue, e passa as manhãs conversando com pessoal, ele não tem um canteiro dele, porque ele não teria condições de cuidar sozinho, mas ele passa aqui todas as manhãs para conversar com o pessoal e ajudar, e como ele é do interior, sabe bastante coisa sobre a terra”. (Entrevistada 1 do Bairro Fortuna).*

Nessa resposta, observa-se o exercício da sociabilidade conduzida pela atividade da horta, da forma que reforça a sensação de pertencimento, através da cooperação, demonstrando que as relações de existência e coexistências mencionadas por Suetegary(2001), contidas nas expressões humanas que dão sustentação a ideia de lugar.

*“A gente conhece um pouco, porque eu sou do interior, daí no que eu posso, eu ajudo quem tá começando” (Entrevistado 2 do Bairro Fortuna).*

*“Eu faço as mudas em casa e distribuo para o pessoal da horta, as vezes eu mesmo planto no canteiro deles, não custa né, assim todo mundo se ajuda e a horta fica bonita”. (Entrevistada 1 do Bairro São José)*

*“Eu já aprendi com o pessoal aqui, no início minhas couves foram comidas pela lagarta, daí o meu vizinho (de canteiro), me ensinou a colocar um disco para a borboleta não pousar nelas, aí melhorou, e outras coisas que a gente aprende né”. (Entrevistada 3 do Bairro Fortuna)*

O caráter pedagógico, produzido pelas relações de produção das hortas, e que estão expressos nesta resposta, também se traduz em relações horizontais citadas por Santos(2007), assim como reproduz as práticas microbianas trazida por Medina(2019), no sentido em que ambas as expressões, remetem contraponto as lógicas verticais das relações espaciais, que neste caso, rejeita a solução mais comum, de comprar um veneno para solucionar o problema do cultivo, pela solução produzida pela troca de experiência, gerada por relações horizontais entre os produtores.

A referência prática trazida por Santos (1997), se expressa nas respostas, diante da relação trazida pelas ações condicionadas ao fazer da horta, que agem como catalizador das expressões entre os sujeitos, que ao mesmo tempo são atores do “teatro insubstituível das ações humanas” (SANTOS, 1997 p. 218), onde ao estabelecer a condição de cooperação relatada, tanto nas

tarefas rotineiras da horta, quanto no incremento de soluções aos obstáculos mais complexos, diversos tipos de relações são desenvolvidas.

Expressões semelhantes também aparecem, quando perguntados sobre a função do tempo em que se passa na horta.

**Pergunta: O que você estaria fazendo se não estivesse aqui nesses momentos?**

*“Para mim isso é uma terapia, eu nem tomo mais meus medicamentos para a depressão, se não tivesse isso aqui eu não sei como seria a minha vida hoje”.*  
(Entrevistada 1 do Bairro Fortuna)

A horta sob essa perspectiva, apresenta características terapêuticas, que pode ser associada tanto a qualidade da alimentação notada pelos participantes, quanto pelo envolvimento gerado pelo protagonismo exercido durante a socialização deste espaço.

*“É um bom passatempo quando a gente está na horta, como eu sou aposentada e meus filhos não moram mais comigo, eu ia estar em casa cuidando das minhas plantas, se não estivesse na horta”.* (Entrevistada 1 do Bairro São José).

*“Se eu não estivesse aqui, eu estaria cuidando da casa”* (Entrevistada 4 do Bairro São José).

*“Eu estaria em casa eu acho”* (Entrevistado 3 do Bairro Fortuna).

*“Se eu não estivesse aqui, eu deveria estar arrumando alguma coisa para fazer em volta da casa, sempre tem alguma coisa”* (Entrevistado 4 do Bairro Fortuna).

*“Eu tinha uma hortinha em casa antes, se não fosse aqui, eu estava lá”* (Entrevistado 5 do Bairro Fortuna).

Cabe acrescentar que as respostas dessa pergunta podem ser influenciadas pelo recorte econômico e etário dos entrevistados, que em sua maioria são aposentados, com idade superior a 60 anos, apresentam uma relação com a atividade da horta, de forma mais regular, de maneira a concordar com Moldakov (2000), que observou na experiência de San Petesburgo, a adesão mais intensa do mesmo recorte da população, que elege esse espaço como o lugar de atividade diária consagrada à socialização.

Um ponto de inflexão se faz necessário neste momento do trabalho, com relação ao entendimento sobre a horta comunitária, cuja importância, Zeeuw et al (2000) entende a partir do gerenciamento efetuado pelos próprios agricultores, porém no contexto das hortas estudadas no município, estes se apresentam passivos às decisões tomadas, que têm origem nos responsáveis nomeados pela administração municipal, conformando em grande medida, a mesma lógica totalizante, trazida Certeau (2011) apud Medina (2019), que responde às práticas macrobianas estabelecidas de maneira vertical, já que as decisões sobre quem participa ou não do processo, configurações de terreno, e decisões territoriais, e em grande medida, o que vai ser cultivado, é feita de modo institucional. Soma-se a isso, a configuração territorial do espaço em que as subdivisões internas estabelecem uma individualização da prática, em contraponto ao conceito de Medina (2019), que estabelece a concepção do lugar comunitário como espaço coletivo, com práticas voltadas ao bem comum.

## 5 CONSIDERAÇÕES

O município de Sapucaia do Sul abriga uma série de possibilidades e contradições, muito semelhantes a diversas cidades metropolitanas, sobretudo na América Latina, onde a herança de um crescimento desordenado e segregador ainda se faz presente nos mais diversos espaços que configuram o seu território e, como tal, uma dessas características mais marcantes, é herdada da explosão demográfica nas décadas de 1960 e 1970, quando a população passa de 18.300 habitantes em 1960, no então distrito de São Leopoldo, para 79.361 em 1980 (GONÇALVES, 2013). Esse dado ainda se reflete em diversas características do município, como infraestrutura urbana extremamente desigual, segregação socioespacial, que desloca as populações menos favorecidas para as regiões periféricas, tornando-se imperativo levar em consideração esse fator, para qualquer estudo da realidade atual da cidade.

Para efeito da presente pesquisa, levemos em conta o fator etário da população participante das hortas, em que 80% dos entrevistados encontram-se com idade acima dos 60 anos e, portanto, ainda guardam a memória geracional de um modo de vida rural, nos moldes da condição pré-êxodo rural da qual já tratamos aqui. Nesse sentido, é factível deduzir que a possibilidade do trabalho da horta, mesmo que reconfigurado e ressignificado, recorra a uma ancestralidade latente nessa população. Tal fator pode ajudar a explicar a maior adesão desse perfil de pessoas e o sentido de pertencimento presente nas respostas dadas nas entrevistas, de forma a corroborar com a hipótese inicial desse trabalho, no que tange a essa questão específica. No entanto, no que concerne ao *conceito* de horta comunitária, na configuração apresentada nesta pesquisa, pode ser amplamente discutido ou discutível, já que o *espaço* total é *compartilhado*, mas preserva o *caráter privado* em cada canteiro. Esse mote, em específico, é retratado em um relato das entrevistas, em que um dos usuários relatou um roubo de plantas, ao destacar que uma das moradoras, que não participa do projeto, passava com frequência e arrancava uma unidade de alguma planta, a fim de levar para o seu consumo. Esse procedimento foi entendido como um desrespeito por parte do entrevistado que reivindica, a partir desse evento, o cercamento do local para a maior segurança. Esse relato levanta uma discussão sobre o *conceito de horta comunitária*, para a qual recorre-se novamente à Medina (2019), que versa sobre a singularidade que se efetiva em um contraponto à lógica da propriedade privada, transportada para o canteiro da horta. Desta forma, a reflexão gerada por essa questão se debruça também sobre a contradição entre a concepção de comunitário, com a lógica da propriedade privada.

Por outro lado, é possível entender que a questão da segurança alimentar e nutricional, faz parte da preocupação das pessoas envolvidas nos projetos das hortas, que destacam a importância da alimentação balanceada na rotina diária, além do sabor do alimento, percebido

pelos entrevistados como superior ao que é adquirido no comércio.

Cabe destacar também a satisfação dos partícipes da horta, ao comentarem sobre os produtos que foram colhidos, relacionando de forma imediata todos os tipos de alimentos e chás cultivados no seu canteiro, e exaltando as características estéticas e de sabor com relação ao produto comercializado, mostrando uma pré-disposição para uma transformação alimentar, a partir dessa experiência.

Porém, a evolução depende em maior grau, da intervenção do agente público no cotidiano, em face também, ao que rege a LOSAN, inferindo que: “É dever do poder público respeitar, proteger, promover, prover, informar, monitorar, fiscalizar e avaliar a realização do direito humano à alimentação adequada, bem como garantir os mecanismos para sua exigibilidade”(BRASIL, 2006). Ampliando assim, a conscientização sobre as possibilidades que o produto colhido pode proporcionar à segurança alimentar e nutricional da família. Um destaque relativo a esse quesito vem do recorte mais jovem da população estudada, que ainda tem a presença dos filhos em casa, em que é destacado que as crianças absorvem os hábitos de forma bastante consistente, chegando a mudar com facilidade significativamente a dieta, substituindo uma boa parte dos produtos industrializados pelos produtos colhidos por elas mesmas, durante o convívio em família, dedicados aos canteiros.

Podemos entender então, que o trabalho de transformação de determinados terrenos públicos em hortas de espaço comum de convivência e trabalho, tanto quando fomentados pela iniciativa das secretarias municipais, quanto por articulação da comunidade organizada, tem um papel de transformação em níveis diferentes, que variam de acordo com o recorte social, com a tendência de impacto em maior grau, nas áreas com perfil de poder socioeconômico menor, não somente pelo aporte econômico trazido pela prática, mas também pelo caráter integrador com que os projetos são implantados.

Dessa forma, entende-se que seja necessário um aprimoramento da política de hortas comunitárias em Sapucaia do Sul, que hoje são organizadas pelo dispositivo de indicação orçamentária, carecendo de uma política sólida, ou projeto de lei consolidadora da atividade. Esse aprimoramento, que não se traduz necessariamente em aumentar o número de hortas no município, mas explorar ao máximo possível, as possibilidades transformadoras da horta, relatados nas experiências e teorias estudadas que lastreiam esse trabalho, de forma a complexificar e diversificar os impactos adjacentes da prática de Agricultura Urbana e Periurbana, em diversas áreas da sociedade, como educação ambiental, qualidade da alimentação, aprimoramento das políticas de saúde pública, além do sentimento de pertença que também apresenta diversas possibilidades de impactos na relação subjetiva entre os indivíduos.

Através desse estudo, concluímos que as hortas comunitárias, cumprem algumas funções importantes dentro de cada contexto, pois ocupam tempo e energia das pessoas envolvidas de forma significativa e virtuosa, seja nas relações objetivas diante da saúde, através



da contribuição na qualidade e suficiência da alimentação, quanto em questões mais subjetivas, que tratam da inclusão e empoderamento de grupos periféricos, que se veem pertencentes ao lugar, ao serem acolhidos e encorajados a se tornar agentes da transformação do seu entorno.

## 6 REFERÊNCIAS

AQUINO, A.M.; ASSIS, R.L. Agricultura orgânica em áreas urbanas e periurbanas com base na agroecologia, **Ambiente e Sociedade**, v. X, n.1. p 137-150. 2007.

BIAZOTI, André. A insustentável leveza hortelã: agricultura urbana como ferramenta de transformação. In: SORRENTINO, Marcos; RAYMUNDO, Maria; PORTUGAL, Simone; MORAES, Fernanda; SILVA, Rafael (org). **Educação, agroecologia e bem viver: transição ambientalista para sociedades sustentáveis**. Piracicaba, SP: MH-Ambiente Natural, 2017.

BRASIL. LEI Nº 9.636, DE 15 DE MAIO DE 1998. Dispõe sobre a regularização, administração, aforamento e alienação de bens imóveis de domínio da União. Diário Oficial da União 1998; 15 mai.

BRASIL. Lei, de 15 de setembro de 2006. Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - SISAN com vistas a assegurar o direito humano à alimentação e dá outras providências. Diário Oficial da União 2006; 18 set.

CAMPELLO, T.; NASCIMENTO, R. C. do; MARTINS, A. P. B.; YAMAOKA, M. Novas geografias: atuais e antigos dilemas da fome. **Segurança Alimentar e Nutricional, Campinas, SP**, v. 29, n. 00, p. e022006, 2022. DOI: 10.20396/san. v29i00.8670346. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/san/article/view/8670346>

CERTEAU, M. A invenção do cotidiano, 1. A arte do fazer. Petrópolis, Vozes, 2011,

DAMASIO, A. M. Panorama da agricultura urbana e periurbana. Os potenciais de abrangência socioambiental das práticas de AUP. Universidade Estadual Paulista, Instituto de Biociências de Rio Claro. Trabalho de Conclusão de Curso. Rio Claro, 2015.

DEGENHART, Barbara. La agricultura urbana - un fenómeno global. **Nueva Sociedad No 262**, marzo-abril de 2016, ISSN: 0251-3552.

FAO - Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação, MDS - Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, IPES - Promoção do desenvolvimento

Sustentável: Agricultura Urbana e Periurbana na América Latina e no Caribe: Uma Realidade.

Disponível em:< [AUPenALC-BrochureIPES\\_FAO-portugues\\_low.pdf \(agriculturaurbana.org.br\)](#)>.

Acesso em jun 2022.

FAO. O Estado da Segurança Alimentar e Nutricional no Brasil. Agendas convergentes, 2015.

Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura, outubro de 2015.

Disponível em:< [SOFI Brasil 2015.pdf](#) >. Acesso em: jun 2022.

GNAUGRUPO NACIONAL DE AGRICULTURA URBANA. Lineamentos para los subprogramas de Agricultura Urbana para el año 2002 y sistema evaluativo. Cuba : Ministério de Agricultura, 2002. 84 p.

GONÇALVES DE SOUZA, F. A Expansão urbana sobre o relevo de Sapucaia do Sul-RS

- Universidade Federal do Rio Grande do Sul - Programa de pós-graduação em Geografia. -

Dissertação de mestrado - Porto Alegre-RS. 2013.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Censo Brasileiro de 2010. Rio de Janeiro: IBGE, 2012. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE).

LESTINGE, S. R. Olhares de educadores ambientais para estudos do meio e pertencimento.

Tese (Doutorado). Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, Piracicaba,2004.

MATA, M.P. Daniele. Agricultura urbana de produção orgânica - desafios e oportunidades

para a formulação de uma política pública na cidade de Salvador. Dissertação (mestrado) –

Universidade Federal da Bahia. Escola Politécnica. Salvador, 2014.

MATTOS, C.; MENDONÇA, M. M.; MASELLI, M.; DEPRÁ, R. L. S. N. Panorama da

Agricultura Urbana e a construção de Políticas Públicas no Brasil. 2015. **Revista ADvir. n.**

**34.** Rio de Janeiro, 2015. Disp. em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/san/article/view/8650689>.

MEDINA, V.F. Katerine. A horta comunitária na cidade. Um olhar para além dos cultivos.

Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Rural. Dissertação de mestrado.

Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2019.

MOEHLECKE, G. Oscar. O Vale dos Sinos era assim. 1ª Ed. São Leopoldo: Rotermod,

1978.

MOUGEOT, L. J. A. Agricultura Urbana - conceito e definição. **Revista de Agricultura Urbana**, nº 1, 2005. Disponível em: [rau01\\_total.pdf \(ruaf.org\)](#).

MOUGEOT, L. J. Urban agriculture: definition, presence, potentials, and risks. **Growing cities, growing food: Urban agriculture on the policy agenda** 1 (2000): 42.

MOLDAKOV, O. Os agricultores urbanos de São Petersburgo. **Revista de Agricultura Urbana**, nº 1, 2000. Disponível em: [rau01\\_total.pdf \(ruaf.org\)](#).

ONU – Organização das Nações Unidas. Objetivo de Desenvolvimento Sustentável. Disponível em: [Sustainable Development Goal 2: Fome zero e agricultura sustentável | As Nações Unidas no Brasil](#)

PENSSAN Rede. Grupo de Monitoramento. Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil –Vigisan 2020. Relatório de pesquisa. Rio de Janeiro, 2021.

SANTANDREU, Alain; LOVO, Ivana. Panorama da agricultura urbana e periurbana no Brasil e diretrizes políticas para sua promoção: identificação e caracterização de iniciativas de agricultura urbana e periurbana em regiões metropolitanas brasileiras. 2007.

SANTOS, M. A Natureza do Espaço. Técnica e Tempo. Razão e Emoção. 2ª Edição. São Paulo: Hucitec, 1997;

SILVA, A.M.S.S. Sentimento de pertencimento e identidade no ambiente escolar. **Revista Brasileira de Educação em Geografia**, Campinas, v. 8. n.16 p.130-141. 2018.

SILVA, de Souza. Joeli. Hortas Urbanas Comunitárias Em Salvador- BA: Organização, trabalho e alimentos. Programa de Pós-graduação em Alimentos, Nutrição e Saúde. Dissertação de mestrado. Universidade Federal da Bahia, Escola de Nutrição, 2018.

SMIT, Jac. Agricultura urbana e biodiversidade: urbanização e redução da biodiversidade. **Revista de Agricultura Urbana**, n. 1, 2000. Disponível em <[rau01\\_total.pdf \(ruaf.org\)](#)>

SUETEGARAY. D.M.A. Espaço Geográfico Uno e Múltiplo. **Scripta Nova. Revista Electrónica de Geografya y Ciencias Sociales** 93 ed. Barcelona. 2001.

ZEEUW, H. de; GÜNDEL, S; WAIBEL, H. A integração da Agricultura nas Políticas

## 7 - APÊNDICES

### A – Questionário para os responsáveis da horta

1- Nome da horta:
2- A quanto tempo está em funcionamento:
3- Responsável:
4- Como surgiu a horta?

### B – Questionário para os horticultores

1- Idade
2- Ocupação
3- Há quanto tempo está envolvido com a horta?
4- Quem consome os produtos que são colhidos?
5- Depois que você começou o trabalho na horta, mudou alguma coisa na alimentação da família? Se houve mudança, o que você imagina que as pessoas da família estariam comendo ao invés dos vegetais colhidos?
6- Qual é a principal vantagem que você vê em comer alimentos daqui, ao invés de outro lugar?
7- Você já fez amizade ou começou a conversar com alguém na horta? Quantas pessoas?
8- Você encontra pessoas aqui na horta para dividir as experiências sobre os canteiros?
9- O que você estaria fazendo se não estivesse aqui nesses momentos?
10- Você vê a horta unindo as pessoas de alguma forma ou não faz diferença na vida da comunidade?